ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DO PORTO E DO CONSELHO RESTRITO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DO PORTO

Ao quarto dia do mês de setembro de dois mil e vinte e três, pelas quinze horas, reuniu na Sala de Sessões no Edifício dos Paços do Concelho, o Conselho Municipal de Segurança do Porto, composto pelos representantes dos respetivos membros identificados na lista anexa à presente ata e que dela faz parte integrante – Anexo I; e o Conselho Restrito do Conselho Municipal de Segurança do Porto, composto pelos representantes dos respetivos membros identificados na lista anexa à presente ata e que dela faz parte integrante – Anexo II, devidamente convocados para o efeito.

O Senhor Presidente da CMP – Câmara Municipal do Porto, Rui Moreira cumprimentou os Senhores Conselheiros. Disse que o acompanham na Mesa o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Sebastião Feyo de Azevedo, e os Senhores Vereadores Catarina Araújo e Fernando Paulo.
Deu início ao Conselho com a votação das atas.

Ordem de Trabalhos:

1. Aprovação da Ata da reunião do Conselho Municipal de Segurança realizada a 6 de outubro de 2022.

Aprovada, por unanimidade, pelos membros presentes na reunião em causa.

2. Aprovação da Ata da reunião do Conselho Restrito do Conselho Municipal de Segurança realizada a 25 de maio de 2023.

Aprovada, por unanimidade, pelos membros presentes na reunião em causa.

O Senhor Presidente sublinhou que esta é uma reunião conjunta do conselho restrito e do conselho alargado de Segurança.

3. Ponto de situação dos Recursos Humanos da Polícia Municipal do Porto e a sua projeção para os próximos anos (2024-2028).

O Senhor Comandante da PM – Polícia Municipal do Porto, António Leitão fez uma breve apresentação alicerçada, sobretudo, na projeção dos recursos humanos da PM, mas tendo em conta as necessidades operacionais que a Cidade do Porto tem. (Anexo III)

Referiu que, desde 2007, se verificou um aumento exponencial das ocorrências não só pela clarificação, em termos legislativos, do Decreto-lei n.º 13/2017, de 26 de janeiro, sobre as funções de fiscalização de trânsito, mas, sobretudo, porque criaram uma estrutura de suporte de gestão da Cidade, que se chama CGI – Centro de Gestão Integrada, que, tendo resposta operacional, tem uma projeção muito clara no número de ocorrências.
Referiu-se ao atual efetivo da PM do Porto, dizendo que têm atualmente 191 polícias para um total previsto de 275, ou seja, estão 35% abaixo dos números legalmente estabelecidos.
Lembrou que, desde 2013, tem sido feito um investimento muito forte nos recursos humanos e nos recursos materiais da PM do Porto.
Disse que a PM do Porto e a PM de Lisboa são as únicas que são exclusivamente constituídas por elementos da PSP, que são destacados em comissão de serviço de um máximo de 9 anos. Referiu que não há, até ao momento, alteração no período de permanência de 9 anos, mas uma das soluções pode passar pelo alargamento desse período.
Referiu que quem vive, quem trabalha e quem passa pela Cidade do Porto dispõe de uma infraestrutura e de um número de telefone que permite uma resposta atempada às ocorrências não urgentes.
Afirmou que a PM apoia todos os dias a CMP, deu como exemplo os apoios que prestam em eventos municipais.
Deu nota de que criaram outro canal de reporte de ocorrências, chamado "Reporta Porto", através do qual os munícipes e os Serviços Municipais denunciam situações como um semáforo que não está a funcionar corretamente ou um buraco no pavimento.
Referiu-se a alguns eventos que a PM apoiou em 2023.
Deu nota dos números das ações levadas a cabo pela PM.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira disse que quando chegou à Câmara as competências da PM eram diferentes. Lembrou que existia uma velha pretensão da Cidade do Porto e da Cidade de Lisboa de terem competências na área do trânsito afetas à PM e isso foi conseguido, o que justificou o aumento do contingente da PM, libertando recursos da PSP para outras funções.
Deu nota de que estão a viver um período particularmente exigente na Cidade. Referiu que as obras do metro exigem uma alocação de recursos pouco usual. Mostrou preocupação com a situação dos recursos humanos da PM. Acrescentou que, nos últimos anos, a PM foi bem equipada, mas começam a ter equipamentos obsoletos por falta de recursos humanos e a situação tende a agravar-se. Afirmou que o Ministério da Administração Interna tem conhecimento desta situação de escassez de recursos.
Sublinhou que a escassez de recursos propicia o incumprimento das regras de trânsito.

O Senhor Presidente da União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, Tiago Mayan disse que um dos meios para mitigar a falta de recursos são os meios tecnológicos.

Referiu que pelo que percebeu existe uma opção tecnológica de os veículos conseguirem detetar, de uma forma quase automática, as situações de incumprimento. Pediu mais esclarecimentos.

O Senhor Comandante da PM, António Leitão disse que não se trata de um método automático, embora o mesmo já exista noutros países. Explicou que o método consiste em equipar automóveis com câmaras que, com um polícia no interior, consigam fazer o varrimento de uma rua, depois o polícia valida, fotograma a fotograma, as infrações verificadas e assina os autos.
Acrescentou que estão também a fazer uma avaliação de impacto de proteção de dados que são recolhidos para ser enviada à Comissão de Proteção de Dados. Deu nota de que este sistema é mais isento.

O Senhor Presidente da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, Nuno Cruz deu os parabéns ao Senhor Comandante Leitão da Silva pelo excelente trabalho que tem desenvolvido na PM.
Perguntou se o Senhor Comandante Leitão da Silva considera que os portuenses estão a ter a resposta necessária apesar da falta de recursos; e o que resolveria a situação do seu ponto de vista.

O Senhor Comandante da PM, António Leitão disse que, como qualquer comandante, gostaria de ter mais efetivos policiais. Considerou que pedir para uma cidade com a dimensão e com a importância, nacional e internacional, do Porto que a PM tenha 275 elementos não é pedir muito.
Referiu que, tendo em conta que a média de resolução das ocorrências ronda os 30 minutos, há momentos em que as equipas policiais estão a ser totalmente utilizadas, o que não é positivo para o efeito preventivo e para a resposta a chamadas que sejam particularmente complicadas. Deu como exemplo o fim-de-semana passado na zona do Palácio de Cristal, onde se verificou um aumento do trânsito devido à Feira do Livro e a outros eventos; e tiveram de deslocar a maioria das patrulhas de trânsito para as zonas à volta do Palácio de Cristal. Afirmou que se tivesse os 275 elementos disponíveis haveria diferenças na gestão do trânsito.

4. Balanço da Sala de Consumo Vigiado.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira disse que a Senhora Dr.ª Diana Castro, responsável pelo Programa, fará uma apresentação sobre esta matéria.

A Coordenadora Técnica do Programa de Consumo Vigiado do Município do Porto, Diana Castro apresentou os resultados do Programa de Consumo Vigiado do Município do Porto. (Anexo IV)

Explicou que apresentará os resultados de 9 meses de intervenção, uma vez que os dados do último trimestre estão ainda a ser ultimados e validados pela Comissão de Acompanhamento.
Realçou que a adesão das pessoas a este Programa tem sido bastante positiva.
Destacou a criação da consulta descentralizada de infeciologia através de um protocolo com os Hospitais de S. João e S. António.
Afirmou que o fenómeno do consumo de drogas é um fenómeno complexo que terá de ter uma intervenção a três níveis: ao nível da justiça, ao nível da saúde e ao nível social.
Salientou que os 12 meses serviram de reflexão e aprofundamento de um diagnóstico para perceberem quais são os passos que se devem seguir no sentido de melhorar o acompanhamento à população em causa.
Considerou que é necessário um investimento ao nível da saúde mental.
Abordou a questão social, relevando a importância de trabalhar mais a ligação às estruturas sociais uma vez que existem muitas pessoas que não estão ligadas às estruturas sociais de apoio.
Destacou a importância de um alojamento adaptado a esta população.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira disse que o investimento municipal tinha como objetivo garantir o funcionamento da Sala de Consumo Vigiado até ao dia 28 de agosto. Salientou todo o trabalho que foi realizado, dando os parabéns à Senhora Dr.ª Diana Castro e a toda a equipa. Considerou que o sucesso deste trabalho esteve relacionado com a enorme capacidade de compreender quem é aquela população e de ganhar a sua confiança. Mostrou-se muito satisfeito pela forma humana como o assunto tem sido tratado.
Deu nota de que o Ministério da Saúde solicitou à Câmara que garantisse o financiamento existente por mais algum tempo, porque o Ministério da Saúde teve de fazer a avaliação e lançar novos procedimentos. Informou que será apresentada, na próxima reunião de Executivo, uma proposta de ratificação de uma decisão que tomou, pois considera que o pior que podia acontecer era que, por questões meramente burocráticas, a resposta fosse interrompida. Sublinhou que vão manter a resposta até que, no âmbito do Ministério da Saúde, seja lançada uma nova fase do projeto.
Afirmou que se tinha pensado que numa 2.ª fase do projeto teriam uma resposta móvel. Esclareceu que a atual resposta é amovível e foi colocado naquele local por uma razão objetiva, ou seja, devia ser colocada no epicentro do tráfego e do consumo, o que obrigou a um conjunto de esforços no sentido de sensibilizar os moradores, a vizinhança e Serralves. Acrescentou que quando observam os números apresentados constatam a existência de um problema, ou seja, a maior parte dos consumos envolvem fumo e as unidades móveis não tem essa capacidade. Deu nota de que estão à espera de saber se é possível ter uma unidade móvel com capacidade para droga fumável; caso isso não seja possível, considera que deviam replicar uma unidade igual à existente numa outra zona ou em outras zonas da Cidade. Realçou que a unidade móvel tem a vantagem de se poder destacar em função das necessidades e dos consumos. Considerou que um dos locais onde seria vantajoso replicar a unidade existente é a zona do Cerco; já propôs que

a antiga escola do Cerco pudesse albergar ser uma unidade até porque está junto ao Centro de Saúde e próximo de uma escola.
Disse que existe uma migração desta população movida por estas respostas e consideram que este esforço tem de ser metropolitano. Na sua opinião, os municípios vizinhos também têm de fazer investimentos desta natureza. Salientou que 69% dos utilizadores são oriundos de municípios vizinhos.

O Senhor Presidente da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, Nuno Cruz deu os parabéns à Senhora Dr.ª Diana Castro pelo trabalho desenvolvido.
Perguntou se ainda existem pessoas que entram no mundo da droga por falta de informação.
Perguntou também se seria útil existir mais informação sobre o assunto e mais ações de sensibilização da população.
Perguntou ainda se é possível aumentar o número de pessoas que aderem aos tratamentos.

A Senhora Dr.ª Diana Castro disse que a prevenção é sempre muito importante, mas os utilizadores em causa, na sua maioria, têm uma média de 20 anos de consumo de substância psicoativas. Sublinhou que os programas informativos são importantes, mas não são suficientes, é necessária uma grande aposta no desenvolvimento de competências pessoais e sociais dos jovens; uma aposta no desporto; e uma aposta na educação.
Relativamente às estratégias preventivas, sublinhou que ainda há muito trabalho a realizar.
Acrescentou que, neste caso, a maioria dos utilizadores são pessoas acima dos 40 anos de idade.
Afirmou que a consulta descentralizada teve início em março e, entretanto, houve um grande fluxo transitório de utilizadores para outros locais da Cidade, mas está convencida que a adesão ao tratamento funciona quando o serviço está no local onde as pessoas se encontram.

O Senhor Vereador Fernando Paulo disse que houve transferência de competências da Administração Central para as Autarquias Locais nomeadamente no que diz respeito ao SAAS – Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social e ao RSI – Rendimento Social de Inserção.
Referiu que, através desta apresentação, percebeu que existe um conjunto de pessoas que ainda não têm qualquer apoio social. Considerou importante existir um esforço metropolitano no sentido de articular com os municípios de origem das pessoas que se deslocam ao Porto para consumir para que sejam despoletados os mecanismos necessários do apoio social.
Salientou o trabalho que é desenvolvido com a população sem-abrigo do Porto.
Mostrou-se disponível para colaborar com os outros municípios para que se consiga articular e despoletar as respostas necessárias.
Alertou para a eventual necessidade de a Segurança Social rever e equacionar a remontagem da estrutura distrital.

O Senhor Presidente mostrou-se muito preocupado com a presença de seringas utilizadas em espaço público e na via pública. Salientou a diferença vertiginosa entre o número de seringas que são distribuídas e o número de seringas que são recuperadas. Sublinhou que este problema é ainda mais grave quando se refere que 45% da população testada é reativa, ou seja, a probabilidade de uma seringa que é abandonada no espaço público estar infetada é de 45%. Afirmou que esta situação obriga a uma reflexão séria.
Deu nota de que está a decorrer a limpeza da escola do Cerco e os relatos que são feitos desta operação são muito preocupantes.
Considerou que podia ser feita uma maior campanha de sensibilização dos utilizadores relativamente à questão das seringas, que é um problema de saúde pública.

A Senhora Dr.ª Diana Castro disse que teve uma reunião com a PM e com a equipa que é responsável pela limpeza dos resíduos corto-perfurantes para tentarem perceber como é que podem melhorar a situação. Deu nota de que tem de haver uma articulação bem integrada entre aquilo que é a saúde pública e aquelas que são as situações de segurança e de bem-estar da Cidade.
Referiu que a troca de seringas 1 por 1 é uma prática que não é recomendada pela OMS – Organização Mundial de Saúde nem pela DGS – Direção-Geral da Saúde, portanto, o programa da troca de seringas apela a que se faça uma distribuição em função das necessidades das pessoas, caso contrário poderá ocorrer um aumento do contágio de doenças transmissíveis, porque as pessoas partilham material quando não têm acesso ao mesmo.
Sublinhou que estão a formar um grupo de pessoas que, pelo seu perfil, estão aptas para fazer o levantamento necessário.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira lembrou aquilo que é a Lei, ou seja, os únicos crimes associados diretamente ao tráfico e consumo de estupefacientes é a venda e o abandono de material utilizado na via pública.

A representante da ARS-Norte – Administração Regional de Saúde do Porto, Delfina Antunes disse que é com muita satisfação que vê os resultados deste desafio enorme que foi colocado à CMP e à ARS-Norte. Considerou que esta solução é claramente positiva, sendo certo que devia ser uma resposta da área metropolitana, porque 70% desta população pertence aos concelhos limítrofes e o Porto não pode sugar os problemas da área metropolitana. Propôs a realização de um fórum que reúna os responsáveis da área metropolitana para se tentar encontrar uma solução para os problemas que também lhes pertencem.
Afirmou que foi com satisfação que verificou a abertura da Autarquia para replicar este modelo de resposta no Bairro do Cerco.
Referiu que a questão das seringas é um problema de saúde pública. Disse que as equipas de rua foram sempre muito promotoras do programa troca de seringas e, portanto, provavelmente

é preciso chamar as equipas de rua para tentar que exista algum controlo entre aquilo que se fornece e aquilo que se recebe. Na sua opinião, tudo seria melhor se a Associação de Farmácias tivesse a generosidade de apoiar novamente o programa.
Explicou que para os consumos problemáticos em que existe patologia dual, ou seja, que existe surtos psicóticos, a situação é mais fácil de resolver, porque a Lei da Saúde Mental prevê que as autoridades de saúde possam, contra vontade do próprio, acionar o tratamento compulsivo.
Disse que há um compromisso de reforço das respostas da saúde na área dos consumos e foi criado um grupo de trabalho que se reúne regularmente com o Ministério Público, com a Segurança Social, com os três CRIS da Cidade, com a Urgência Metropolitana do Porto e com a Saúde Pública Oriental e Ocidental no sentido de responder às situações mais limites.
Ao nível da saúde mental, disse que existem respostas para situações tipificadas, mas para as situações intermédias as respostas tornam-se mais difíceis.
Relembrou a existência do Plano Municipal de Saúde e de 7 grupos de trabalho, sendo que um deles se dedica aos consumos e onde participam um conjunto de parceiros com quem vão trabalhar em rede e analisar de que forma podem potencializar o trabalho de cada um. Considerou que ainda há muito caminho para trilhar, mas trabalhar os consumos na integração das respostas e tentar agregar sinergias dos parceiros que trabalham na área da prevenção é o caminho certo a percorrer.

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Ramalde, Patrícia Rapazote agradeceu o trabalho que está a ser desenvolvido.
Agradeceu também ao Senhor Presidente da CMP o facto de querer replicar a Sala de Consumo Assistido na parte oriental da Cidade.
Agradeceu ainda ao Senhor Comandante Leitão da Silva e ao Programa "Porto, Cidade sem Droga" que têm sido incansáveis nas limpezas em Ramalde.
Referiu que em Ramalde já houve três esquadras, mas neste momento existe apenas uma esquadra com metade do efetivo que era necessário para o seu funcionamento regular; neste sentido, apelou a um reforço do número de efetivos na Esquadra do Viso.
Sublinhou que Ramalde tem quatro Agrupamentos de Escola; três vias de comunicação: a AEP, a VCI – Via de Cintura Interna e a Circunvalação; três estações de metro; quatro estações de MetroBus; e 39 mil habitantes mais a população flutuante. Pediu à PSP um reforço, em dobro, dos efetivos na Esquadra do Viso.

O Senhor Presidente da União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, Tiago Mayan disse que se assiste ao fenómeno da deslocalização de utilizadores devido à deslocalização do tráfico. Perguntou se estão a conseguir acompanhar a deslocalização dos utilizadores ou se estes se estão a perder no sistema.

A Senhora Dr.ª Diana Castro disse que conseguem acompanhar apenas alguns.

A Senhora Vereadora do Pelouro da Saúde e Qualidade de Vida, Juventude e Desporto e Pelouro dos Recursos Humanos e Serviços Jurídicos e Proteção Civil, Catarina Araújo disse, no que diz respeito a quem está a operar o Programa de Consumo Vigiado, que esta deslocalização limita o raio de atuação, no entanto, estas situações chegam, por alguma via, ao conhecimento do Município. Explicou que têm reportado sempre que têm conhecimento, de forma imediata, à entidade que tem competências para fazer este acompanhamento e às equipas de rua da parte da saúde pública.

Acrescentou que, o facto de se deslocalizarem significa que é feita uma intromissão na construção da relação que vinha sendo feita com a sala de consumo vigiado. Deu nota de que as equipas de rua, que a saúde pública tem de ter e tem responsabilidade para fazer o acompanhamento, existem e, de forma complementar, articulando com o Senhor Vereador com responsabilidade na área da Coesão Social para que as pessoas não fiquem perdidas numa "terra de ninguém" e que sejam devidamente identificadas.

No que diz respeito à prevenção, disse que é uma preocupação do Município que vem sendo tratada desde há muito tempo; o Plano Municipal de Saúde tem um eixo específico, o quarto eixo, destinado aos consumos, sejam eles lícitos ou ilícitos, com um diagnóstico feito, com um conjunto de objetivos, planeamento e ação que já está em curso e, tal como a Dra. Delfina Antunes referiu, os ACeS – Agrupamentos de Centro de Saúde têm sido parte integrante desde o início da construção deste plano e da resposta que este plano visa dar, fazem parte do núcleo executivo e estão já, conjuntamente com o Município, na coordenação dos grupos maiores, onde esta questão da prevenção vem, há muito tempo, sendo trabalhada pelo Município, quer nesta sede, quer num conjunto de todas as outras, de literacia em saúde, que o Município tem tido uma grande resposta ao nível do trabalho que é feito junto das crianças e jovens, da comunidade e de alguns profissionais de IPSS com quem o Município presta este tipo de apoio de formação e literacia em saúde.

Comentou que a questão é menos urgente, premente, menos efetiva junto das pessoas em questão; os utilizadores, tal como a Dr.ª Diana Castro mencionou, são consumidores há mais de 20 anos e considera que o tipo de atuação terá de ser outra e são, no fundo, os serviços que, de forma complementar, a sala de consumo vigiado e o Programa de Consumo Vigiado vêm a oferecer, fazendo referência que considera ser uma conquista da consulta de infeciologia trabalhada de uma forma articulada com os Conselhos de Administração dos grandes centros hospitalares da Cidade. Considerou que neste assunto, a prevenção veio tarde e tem de ser trabalhada para os outros, em particular, para as crianças e jovens.

O Presidente da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, Nuno Cruz disse que as salas de consumo assistido funcionam mais onde o tráfico, neste momento, está a desenvolver-se; na Pasteleira houve uma grande intervenção da polícia e a sala de consumo assistido perdeu alguns elementos.

Referiu que se for feita uma intervenção da polícia no Bairro do Cerco e se lá for instalada uma sala de consumo assistido, as pessoas fugirão para Ramalde e se for colocada uma sala de consumo assistido em Ramalde, fugirão para a periferia; mencionou que ouviu o Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira dizer que os políticos deviam ter a coragem de liberalizar a droga e colocar acompanhamento a essas pessoas, considerando que a resolução passaria pelos políticos terem coragem e assumirem a venda da droga nas farmácias e o acompanhamento devido, caso contrário haverá sempre o problema haver fuga de onde houverem grandes intervenções da polícia.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira disse que as pessoas não fogem das salas de consumo assistido, o que as experiências internacionais recomendam é que quando é colocada uma sala de consumo assistido, deve procurar-se colocá-las próximo do epicentro do tráfico e do consumo.

Referiu que não houve uma redução de consumo na Pasteleira por causa da sala de consumo assistido, isso está relacionado com uma estratégia que a polícia seguiu, com a qual concorda e apoia, no entanto, a polícia não tem recursos para o fazer na plenitude da Cidade.

Explicou que, neste caso, está a falar da sala de consumo assistido e estão a concentrar a sua preocupação num grupo de pessoas que muito estimam e preocupam; aquilo que lhes pareceu, considerando que o Senhor Ministro da Administração Interna e a PSP – Polícia de Segurança Pública entenderam, é que as pessoas que lá vivem, compreendem melhor a presença de uma sala de consumo assistido, se verificarem que a sua própria segurança também está a ser cuidada. Acrescentou que só podem fazer isto em parceria com os moradores, que também têm os seus direitos.

Comentou que a questão da liberalização é um tema que teria de ser discutido num fórum internacional e não entrarão em teorias sobre essa matéria; teria vantagens inconvenientes.

Disse que as salas de consumo assistido não afastam as pessoas, muito pelo contrário, mas quando colocam uma sala de consumo assistido naquele local em que tenham associações bastante vociferantes relativamente ao que lá se estava a passar e que diziam que ao colocar uma sala de consumo assistido atrairiam mais este impacto, a seu ver, foi bom e entendível que o Ministério da Administração Interna e a PSP dissessem que essas pessoas terão uma justa compensação, em termos da sua proteção e segurança.

Sobre a colocação de outras salas de consumo assistido, referiu que o estudo não pode ser feito pela Câmara, terá de ser uma avaliação feita pelas autoridades competentes às quais a Câmara apenas apoiará. Acrescentou que não deixarão de dar a sua opinião, mas parece-lhes que, na Cidade do Porto, era conveniente haver três unidades dessas.

Comentou que surgiu a situação do Bairro do Cerco, onde o fenómeno tem tido uma evidência maior, tal como em Ramalde e se fosse possível ter três destas unidades na Cidade do Porto, provavelmente estariam bem, no entanto, isto só faz sentido se, simultaneamente, os municípios vizinhos fizerem esse investimento.

Afirmou que, se for feito um centro no Cerco, cerca de 80% da população que vai aderir, é originária de Gondomar. Considerou que é injusto como, para além disso, estraga o que pretendem fazer, pois para essas pessoas que, apesar de tudo, têm alguma retaguarda familiar, estar a atrai-las para um território que não conhecem apenas porque a sua autarquia não deu resposta, parece absolutamente injustificado.

Disse que o Ministério da Saúde não deve, nesta matéria, assumir uma posição de neutralidade como tem assumido e entendem que se isto é um problema de saúde, se é legítimo que peçam apoio à Câmara, que deu esse apoio, então considera que o Ministério da Saúde também não deve, nesta matéria, assumir essa posição de neutralidade, porque tem competências.

Acrescentou que, se futuramente houver uma legislação que diga que a Câmara tem de criar uma sala de consumo assistido em qualquer lado, a Câmara cria, não precisando dessa legislação porque foi uma decisão dos órgãos municipais, devidamente sufragada, com o apoio da saúde e da ARS-Norte.

Considerou que era fundamental que, à volta da Câmara, se criassem vontades idênticas.

5. Centro Comercial STOP

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira disse que, quando convocaram o Conselho Municipal de Segurança do Porto, ainda não tinham conhecimento dos últimos desenvolvimentos relativamente ao processo do Centro Comercial STOP.

Referiu que pediu para serem distribuídas, às Senhoras e Senhores Conselheiros, uma notificação de relatório de inspeção que chegou, apesar de ter data de 25 de agosto, no dia 28 de agosto e que suscitou, no mesmo dia, um pedido seu aos Serviços Municipais para interpretarem e indicarem a proposta de atuação; para além disso, com data de 31 de agosto, a resposta ao parecer que solicitou. Acrescentou que depois de recebida essa comunicação e esse parecer, teve o cuidado de procurar reunir com as forças políticas representadas no Executivo Municipal, não tendo sido possível com a CDU, sendo apenas possível falar telefonicamente e, na sexta-feira, ao fim da tarde, deu nota às forças políticas da situação com a qual estão confrontados.

Comentou que esta situação tem antecedentes. Afirmou, em primeiro lugar, que o Centro Comercial STOP não é um centro comercial qualquer nem é um edifício qualquer e, mesmo por essa razão, tem merecido contemplação por parte de sucessivos executivos municipais e grande preocupação por parte do Executivo Municipal, de todas as forças políticas e da população em geral. Acrescentou que não ignoram que uma parte significativa das atividades que decorrem no Centro Comercial STOP são muito relevantes para a Cidade, sob o ponto de vista da criação artística e não se trata de um equipamento qualquer; não tratam todos os equipamentos com absoluta neutralidade, sendo por isso que são eleitos. Explicou que foi por isso mesmo que, nos últimos anos, não se pouparam a esforços, sentido de tentar encontrar soluções.

Referiu que, inicialmente, com a comunidade dos músicos e com os proprietários do edifício; se dúvida houvesse, comentou que tiveram oportunidade de ler um depoimento de Manuel Cruz que

foi, em parte, ignorado por quem não gosta de ler verdades, mas que, de alguma forma, fez a história que não teve a oportunidade de fazer, no meio de tanta indignação.

Referiu que acreditaram que, numa primeira fase, o que tinham de fazer legalmente, para isso estando intimados e aconselhados pelos serviços, tinham de intervir naquilo que eram as frações que não tinham licença de utilização. Acrescentou que quando fizeram a intervenção, ela não fechou o Centro Comercial STOP, não incidiu sobre aquelas frações que tinham licença de utilização nem sobre as áreas comuns e, posteriormente, procurou-se encontrar uma forma, apesar de tudo, de manter em funcionamento temporário até perceberem o que iria decorrer do processo urbanístico em curso e conseguiram, fruto de um parecer dos Sapadores Bombeiros, deixando um cumprimento e um agradecimento ao Comandante pelo esforço que fez nesse sentido.

Explicou que procuraram, por decisão política e fundamentada num parecer dos serviços municipais, garantir que o Centro poderia permanecer em operação com algumas condições excecionais, condições essas que implicavam compromissos, por um lado, dos proprietários e dos utilizadores em termos daquilo que eram os horários de utilização para existir um consenso e, por outro lado, a presença constante e permanente durante o período de abertura, de um destacamento dos Sapadores Bombeiros; quiseram acreditar que, com isso, a situação estava salvaguardada temporariamente, pensando que seria o caso até que, no processo urbanístico que estava em curso e entretanto se soube ou por iniciativa dos proprietários que podem fazer os ajustamentos necessários para que o Centro tenha condições de segurança, que o assunto fosse resolvido.

Disse que inúmeras entidades não oficiais, nomeadamente políticas e não só, tentavam garantir à população que o Centro Comercial STOP tinha todas as condições de segurança e que isto era, de alguma maneira, a Câmara do Porto, com uma preocupação excessiva relativamente a essa matéria.

Afirmou que a ANEPC – Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, como lhe competia, fez uma inspeção extraordinária que está na posse dos Conselheiros e que, pelo que lhe foi dado a conhecer pelo parecer que foi enviado pelos serviços, diz que a Câmara já deviam ter fechado o Centro todo. Acrescentou que é dito que a presença dos Sapadores Bombeiros lá, não é uma medida de mitigação de risco suficiente e a permanência do edifício aberto representa um perigo iminente para pessoas e bens.

Referiu que, perante esta situação, não lhe restava outra alternativa que não fosse, por razões de preocupação e de consciência, questionar se o que foi dito é que devem encerrar ainda que possam discutir se a competência é da Câmara ou não. Comentou que pediu audiência e teve o cuidado de falar com o Ministério Público no início de agosto, para perguntar exatamente onde é que a Câmara se situava nessa matéria e ficou claro daí que, se pudesse ser imputada negligência por não praticarem os atos que deviam praticar, seriam sacadas responsabilidades.

Disse que esta é uma questão que vai muito para além da responsabilidade civil e criminal, é uma questão de consciência; não gostou de ver, sendo que ainda lá estão, os cartazes em que é

tratado como um ogre, mas tem a certeza de que se lá morresse alguma pessoa, os cartazes seriam substituídos.

Afirmou que, por se tratar de uma questão de consciência e também fundamentada nos pareceres que receberam e juntaram, entenderam notificar os proprietários e naturalmente os utilizadores, da intenção de encerrar aquele estabelecimento, de acordo com o parecer desta autoridade.

Referiu que os proprietários já foram notificados, os músicos estão a ser notificados e aquilo que pode surgir e que está ao alcance dessas pessoas, principalmente os proprietários é, ao olhar para as patologias imediatas que são assinaladas, por exemplo a falta de extintores, o que lhe parece relativamente fácil, tomar as medidas de precaução que permitam que o Centro possa reabrir ou possa até, porventura, não fechar.

Disse que teve a oportunidade de falar com o Senhor Ministro da Cultura e com o Senhor Ministro da Administração Interna, que compreendem perfeitamente a situação e apoiam a decisão que a Câmara está a tomar; terão de salvaguardar outras questões e garantir que este tipo de atividade possa ser perpetuado e continuado na Cidade.

Explicou que é possível que os proprietários do Centro Comercial possam e queiram fazer as obras que permitam que o Centro Comercial possa reabrir e possa funcionar, caso contrário, dificilmente poderão fazer alguma coisa, na medida em que já tentaram e não podem comprar ou alugar o edifício, o que não lhes permite fazer lá qualquer tipo de despesa ou de intervenção.

Acrescentou que terão uma resposta municipal, como já foi antecipado, que será a Escola Pires de Lima onde farão um Campus dos músicos; a escola estará vazia durante o mês de setembro, farão obras, abrirão e entregarão a gestão desse espaço à Associação dos Amigos do Coliseu, que já visitou o espaço e já manifestou que considera o espaço adequado e que está interessada em gerir o espaço através de um contrato-programa com a CMP.

Comentou ainda que está presente o Comandante Carlos Marques que poderá dar todas as informações pois os Sapadores Bombeiros acompanharam esta inspeção que também foi entregue aos Conselheiros.

Disse que o único ato político que está a praticar e é dizer que vão abrir a Escola Pires de Lima para tentar responder à necessidade que resulta de um risco que não podem capear, por questões de consciência e questões legais.

Considerou que nesta matéria, a autoridade de emergência e proteção civil deveria ser quem, perante o que está a ser feito, nomeadamente a presença dos bombeiros, que não é suficiente, toma a medida e, pelo menos, a notificarem os proprietários.

Deu nota que os proprietários, em reunião hoje de manhã, disseram que ainda não foram notificados, não tem razões para duvidar, mas serão naturalmente notificados.

Acrescentou que o prazo que foi dado é o prazo legal em que, por norma, há 10 dias para recurso nesta matéria, a partir da notificação.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Bonfim, João Aguiar esclareceu a sua posição que também foi uma posição que, de início, tomou-se em conta que estaria contra as decisões do Executivo e do Senhor Presidente, algo que é mentira.

Salientou que estes primeiros atos que foram tomados como posicionamento, que não eram políticos, estando cá para atestar isso pois foram a única força que foram acompanhando o Centro Comercial STOP.

Disse que a sua posição em relação ao STOP é uma posição efetivamente de defesa da existência do STOP, tem que existir, é uma casa da cultura, é uma casa de artistas mas, contra factos não há argumentos e efetivamente pediram relatórios que teve a oportunidade de verificar, teve a oportunidade de estar no local diversas vezes e constatou que não reúne as condições de segurança que são requeridas e que, com este relatório que tem tantos pontos técnicos referidos, não podem contestar, argumentar ou utilizar como bandeiras políticas por outras forças; a sua preocupação é a segurança e o bem-estar, não querendo hostilizar as associações e os músicos que lá estão pois é um espaço único, não só no país mas na Europa, onde será o segundo espaço dentro deste tipo de espaço de partilha e de criação.

Afirmou que contra estes documentos não poderão alegar o que quer que seja e a boa vontade que está a ser incutida, de terem uma alternativa para que os músicos possam resumir as suas atividades e os próprios proprietários assumirem um pouco da sua quota-parte.

Acrescentou que teve a oportunidade de se reunir com as associações para perceber do que se passa, comentando que lhes disse que, como advogado não pegava neste caso que é uma novela, do pior que possa existir.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira compreendeu perfeitamente que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Bonfim, João Aguiar, numa primeira fase, possa ter pensado inclusivamente que houvesse excesso de zelo por parte da Câmara, comentando que tem em casa quem pense isso.

Afirmou que tem a facilidade em compreender que para as associações de músicos e para muita população que acompanhou este assunto, de alguma maneira, tenham olhado a uma parte do interesse, não tendo nenhuma raiva a isso; quem está habituado a utilizar um espaço, que valoriza, e de repente lhes é dito que subitamente não podem permanecer nesse ecossistema, mesmo quando há meses atrás, foi sugerida uma solução alternativa como o Silo Auto e a Escola Pires de Lima, não se trata da mesma coisa. Considerou que é perfeitamente legítimo que as pessoas olhem para essa parte do problema, principalmente quando tudo corre bem.

Referiu que se for lido o relatório, é possível constatar que a ANEPC diz que já fez lá várias inspeções no seguimento de incêndios que ocorreram.

Declarou que não podem decidir pela vida das pessoas, que é um valor supremo, é maior que todo o resto.

Disse que há falta de um culpado evidente porque não é fácil identificar um culpado e, como não há um causador evidente, o mensageiro das más notícias é destratado por essas pessoas.

Acrescentou que, ao mesmo tempo, não podem ignorar que esta matéria, para determinadas forças políticas tem sempre alguma utilidade, o que também é normal, sendo que todos, da sua maneira, fazem política e fazem os aproveitamentos que conseguem.
Afirmou que estavam convencidos que iriam conseguir, através das medidas paliativas que tinham conseguido, ganhar o tempo suficiente para que alguma coisa lá acontecesse; a verdade é que, depois do aqui têm, é dito que não basta ter os bombeiros e perante esta situação, não têm outra solução senão fazer as notificações respetivas.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Sebastião Feyo de Azevedo disse que em duas situações de um passado não distante teve que mandar encerrar, num caso, um instrumento de trabalho da Universidade e, em outro caso, teve que tomar a decisão completamente associada aos conselhos gerais e aos conselhos de curadores, de acabar com o funcionamento de um outro instrumento, havendo uma fortíssima resistência cultura ou desportiva e uma normal e fortíssima resistência relacionada com a índole das pessoas que trabalham nestes locais e merecem ser respeitadas. Acrescentou que há um problema relacionado com o massacre de Tondela, que ocorreu nessa altura, numa associação onde morreram dezenas de pessoas e, na mesma altura, usou como argumento a necessidade de tomada de decisão verificando as alternativas possíveis.
Referiu que já conhece os documentos e, na sua opinião, parece inevitável que tem de se dar este passo independentemente e sabendo que o Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira tem essa sensibilidade, de procurar minimizar os problemas que existem.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira disse que a situação é conhecida desde 2009, aquilo que sucedeu é que, quando chegaram ao Executivo, em 2013, falaram com as pessoas que, na altura, estavam à frente da associação mais representativa e com os proprietários.
Referiu que foi a primeira vez que falaram em tentar adquirir o edifício, sendo que não sabiam que tem centenas de proprietários; nesse caso, o que lhes foi perguntado, foi se o Município do Porto veria com bons olhos que fosse feito um projeto, o tal projeto que agora caducou e que os músicos tentaram desenvolver.
Acrescentou que, na altura, a associação acreditava que seria possível encontrar fundos para desenvolver esse projeto e aquilo que era dito pela associação do condomínio é que permitiria que isso fosse feito, sendo que esta situação tem sido adiada e agravou-se.
Explicou que aquilo que mais preocupação causou, em novembro quando é pedida a primeira fiscalização, foi quando os músicos falaram com a Câmara avisando que lá dentro estava a funcionar uma discoteca ilegal na qual havia, por vezes, centenas de pessoas dentro daquele espaço, em corredores não iluminados.
Afirmou que uma discoteca ilegal é, potencialmente, uma das coisas mais perigosas que existe numa Cidade.

Disse que esta matéria foi complicando porque a situação de informalidade do edifício propiciou exatamente outras informalidades.

Nada mais havendo a tratar, pelas dezasseis horas e quarenta e sete minutos, o **Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira** agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira.

O Presidente da Câmara Municipal do Porto

(Rui Moreira)

ANEXO I

Lista de Presenças do Conselho Municipal de Segurança

Porto. Câmara Municipal

Conselho Municipal de Segurança

(Lei n.º 33/98, de 18 de julho)

Reunião ordinária, de 04/09/2023

Lista de Presenças

Entidade	Representante	Assinatura
Câmara Municipal do Porto	Rui de Carvalho de Araujo Moreira	
Assembleia Municipal do Porto	Sebastião Feyo de Azevedo	
Pelouro da Educação e Pelouro da Coesão Social	Fernando Paulo Ribeiro de Sousa	
Pelouro da Saúde e Qualidade de Vida, Juventude e Desporto; Pelouro dos Recursos Humanos e Serviços Jurídicos e Proteção Civil	Ana Catarina da Rocha Araújo	
União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde	Tiago Mayan Gonçalves	
Junta de Freguesia de Ramalde	Patrícia Rapazote	
Junta de Freguesia do Bonfim	João Aguiar	
União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória	Nuno Cruz	
Junta de Freguesia de Campanhã	Paulo Ribeiro	
Junta de Freguesia de Paranhos	Luís Freitas	
União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos	Sofia Maia	
Ministério Público	Maria Teresa Castro Soares Tomé	

Polícia Judiciária do Porto	António Pinto	
~~Polícia Marítima do Douro~~	~~Humberto Renato da Silva Rocha~~	
Comando Metropolitano da PSP do Porto	Maria dos Anjos ~~Peneda~~ Pereira	
GNR- Comando da Guarda Nacional Republicana do Porto	Tenente-Coronel Babo Nogueira	
Direção Regional do Norte do SEF	Armando Pires	
Polícia Municipal do Porto	António Manuel Leitão da Silva	
Coordenador do Serviço Municipal de Proteção Civil	Carlos Eduardo Saraiva Marques	
Bombeiros Voluntários do Porto	Luis Silva	
União Distrital das Instituições Privadas de Solidariedade Social	Cónego Jose Lopes Batista	
Associação Empresanal de Portugal	Gonçalo Lencastre Medeiros	
Associação Comercial do Porto	Nuno Botelho	
Associação de Comerciantes do Porto	Anabela Barbatto	
DGESTE - DSRN	Hália Grancho	
Administração Regional de Saúde do Norte, IP.	Delfina Antunes	

Centro Distrital do Porto do Instituto de Segurança Social, IP.	Conceição Reis ~~Margarida Reis~~	C. Reis
CIG- Comissão para a Cidadania e Igualdade do Género	Nuno Gradim	
CPCJ de Porto Central	Lurdes Graves	
CPCJ de Porto Oriental	Maria Conceição Leite	
CPCJ de Porto Ocidental	José Pedro Domingues	
UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta	Ilda Maria Rodrigues Afonso / Raquel Rodrigues Teles	
IMT, I.P. – Instituto da Mobilidade e dos Transportes	Jorge Cardoso	
IFR- Instituto de Investigação e Formação Rodoviária	Ronaldo Otero	
ANSR – Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária	Maria José Espada	
APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima	Carla Ferreira ANA CASTRO SOUSA	

Anexo II

Lista de Presenças do Conselho Restrito do Conselho Municipal de Segurança

Conselho Restrito

do Conselho Municipal de Segurança do Porto

(Lei n.º 33/98, de 18 de julho)

3.ª Reunião, de 4/09/2023

Entidade	Representante	Assinatura
Câmara Municipal do Porto	Rui de Carvalho de Araújo Moreira	
Comando Metropolitano do Porto da PSP	Paula Peneda	
Polícia Judiciária do Porto	Pedro Machado	
Polícia Municipal do Porto	António Manuel Leitão da Silva	
Polícia Marítima do Douro	Renato Silva Rocha	

ANEXO III

Apresentação Polícia Municipal do Porto

Polícia.
Municipal do Porto

Porto.

1

Polícia.
Municipal do Porto

Conselho Municipal de Segurança | 4 SET 2023

Porto.

2

AGENDA

Polícia. Municipal do Porto

- Recursos Humanos
- Recursos Materiais
- Chamadas CGI
- Ocorrências/Acionamentos
- Ocorrências Trânsito

Porto.

RECURSOS HUMANOS

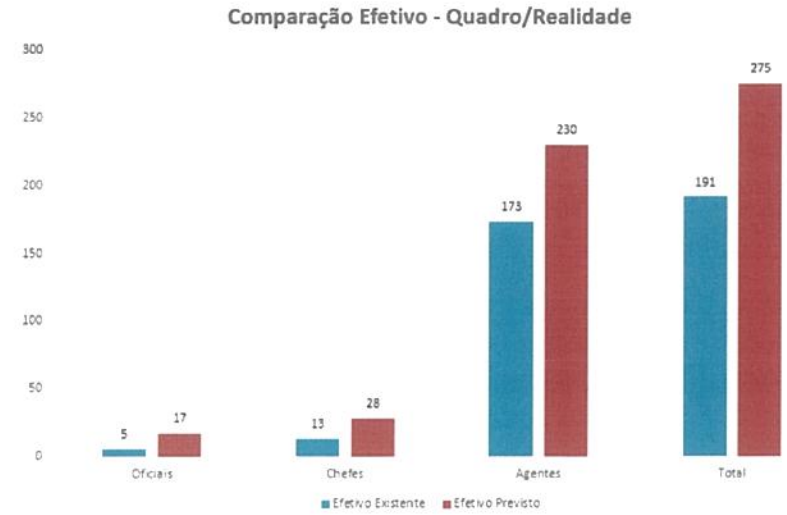
Polícia. Municipal do Porto

Efetivo PSP (Atual)	Efetivo PSP (Previsto)
5 OFICIAIS	17 OFICIAIS
13 CHEFES	28 CHEFES
173 AGENTES	230 AGENTES
Total: **191**	TOTAL: **275**

Efetivo existente é **30%** inferior ao previsto (défice de **84** polícias).

Porto.

RECURSOS HUMANOS



RECURSOS HUMANOS

Verifica-se uma redução de **13%** do efetivo desde 2018.

RECURSOS HUMANOS

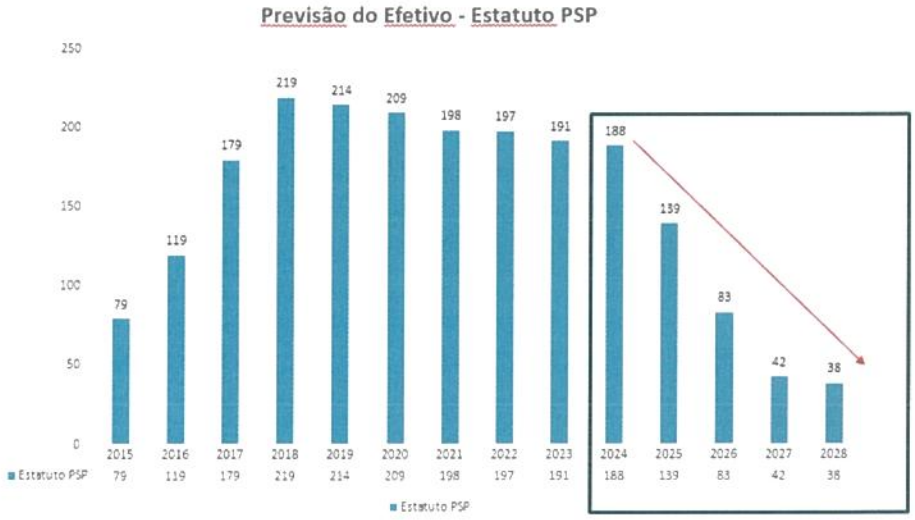
Polícia. Municipal do Porto

Efetivo será **39%** inferior ao previsto (défice de **108** polícias).

7

RECURSOS HUMANOS

Polícia. Municipal do Porto



8

RECURSOS HUMANOS

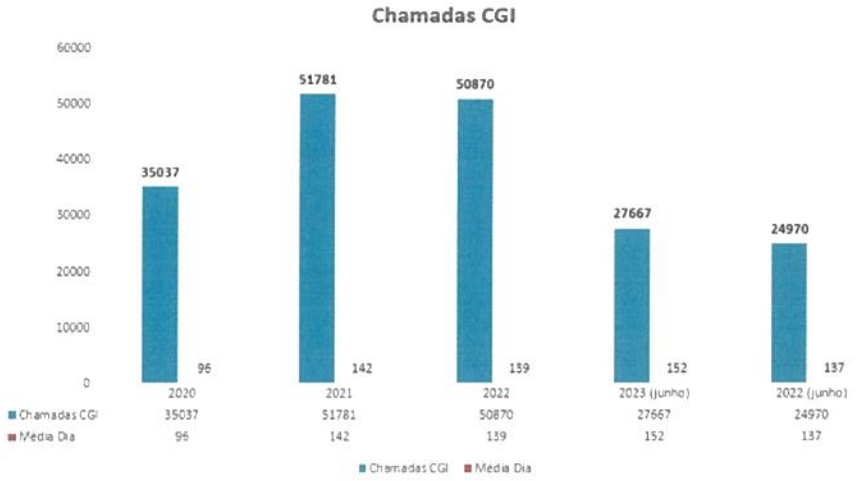
Polícia. Municipal do Porto

RECURSOS MATERIAIS

Polícia. Municipal do Porto

- **Viaturas Auto**
  - **56** (total)
  - Elétricos • 46
  - Híbridos • 6
  - Diesel • 4
  - **2013** • **24** Veículos
- **Motociclos**
  - **36**
- **Bicicletas**
  - **20** (total)
  - Elétricas • 8
  - Manuais • 12
- **Moto4**
  - 4
- **Carro de golf**
  - 1

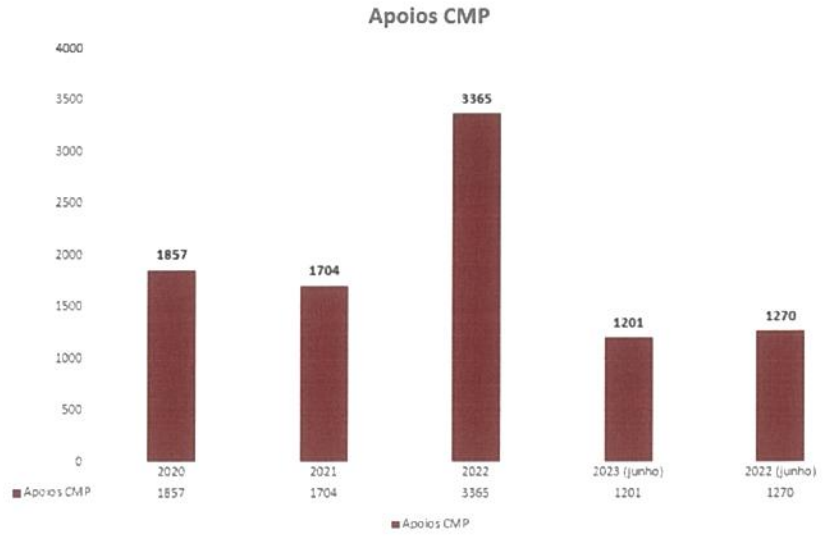
CHAMADAS CGI



OCORRÊNCIAS/ACIONAMENTOS

OCORRÊNCIAS/ACIONAMENTOS

Polícia. Municipal do Porto



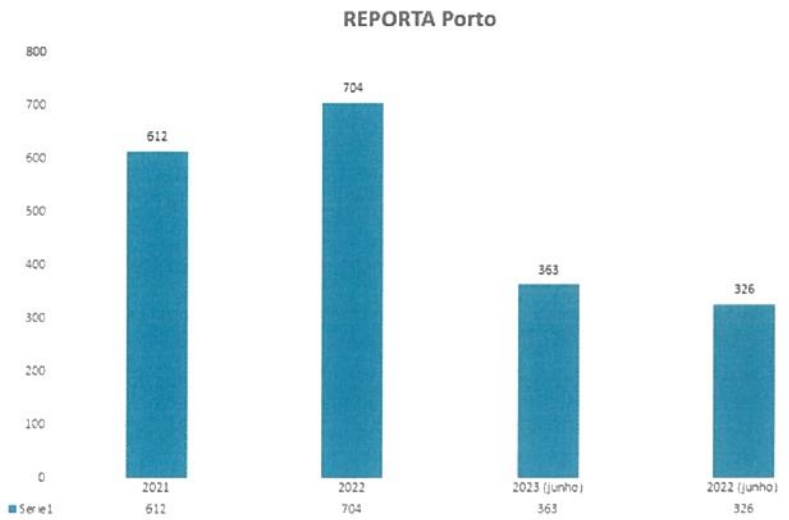
Porto.

OCORRÊNCIAS/ACIONAMENTOS

Polícia. Municipal do Porto

Porto.

OCORRÊNCIAS/ACIONAMENTOS



Porto.

15

OCORRÊNCIAS/ACIONAMENTOS

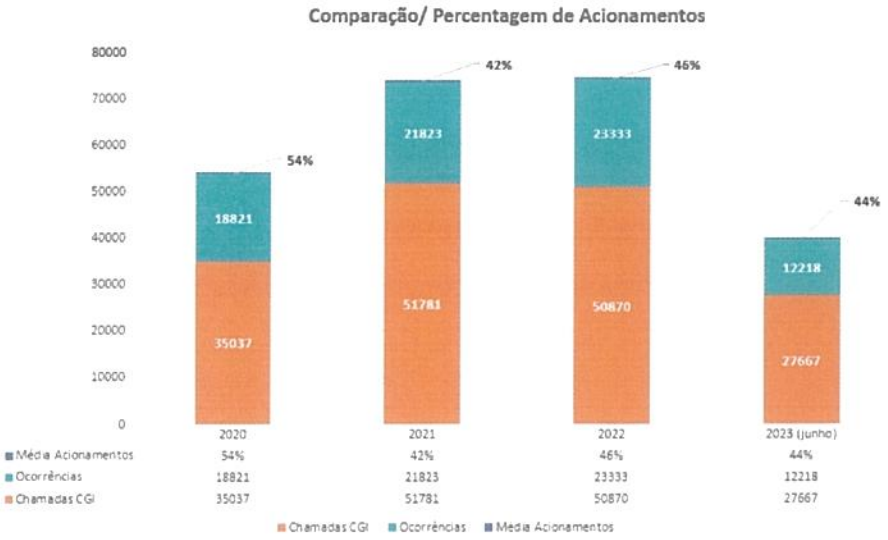
Eventos planeados de relevo:

- Ações Sensibilização **SCP**: 20 ações; 1450 pessoas envolvidas
- Festejos de S. João
- Festejos de Passagem de Ano
- Fórum Social do Porto
- Dia da Marinha
- Feira do Livro do Porto
- Dia dos Fiéis Defuntos
- Festa da Comida CONTINENTE
- Queima das Fitas do Porto
- Apoios COMEPOR/PSP
- Eventos UEFA

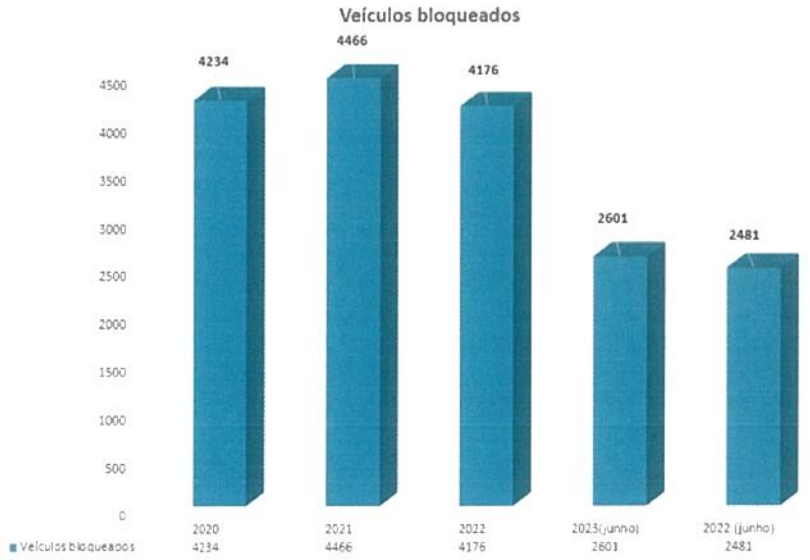
Porto.

16

OCORRÊNCIAS/ACIONAMENTOS

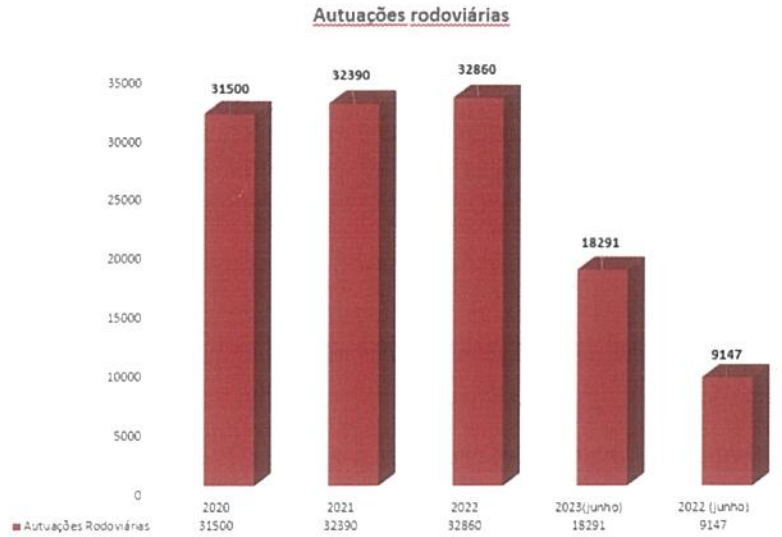


OCORRÊNCIAS - TRÂNSITO



OCORRÊNCIAS - TRÂNSITO

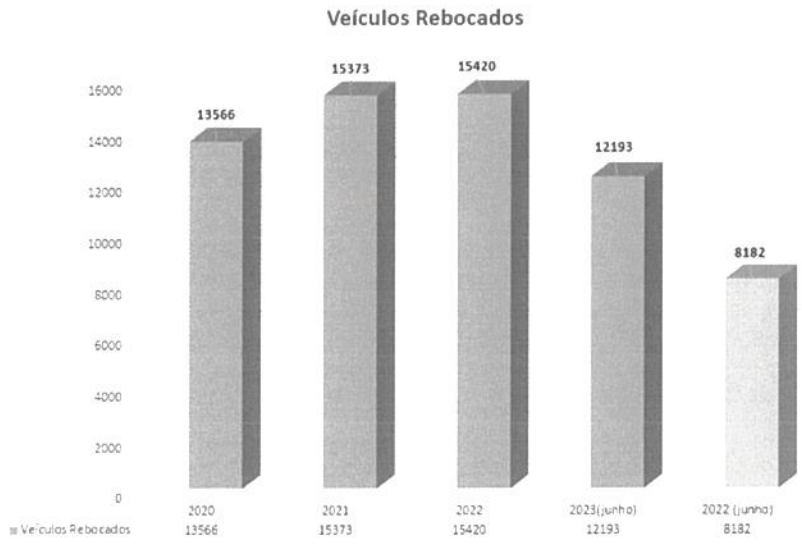
Polícia. Municipal do Porto



Porto.

OCORRÊNCIAS - TRÂNSITO

Polícia. Municipal do Porto



Porto.

Polícia.
Municipal do Porto

MUITO OBRIGADO!

ANEXO IV

Apresentação Programa de Consumo Vigiado do Município do Porto

PROGRAMA DE CONSUMO VIGIADO DO MUNICÍPIO DO PORTO

CONSÓRCIO PROMOTOR: FINANCIAMENTO: COMISSÃO DE IMPLEMENTAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO:

OBJETIVO

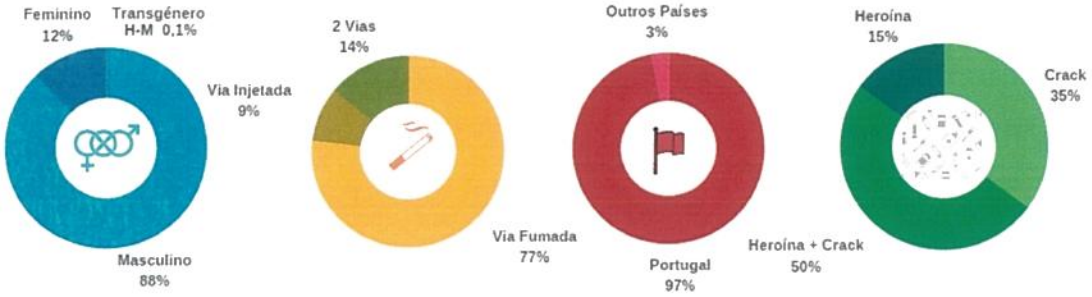
Estrutura de apoio ao consumo de substâncias psicoativas ilícitas

1. Reduzir Riscos e Minimizar Danos
2. Proporcionar condições de higiene e segurança
3. Aceder a populações ocultas
4. Saúde Pública
5. (Re)ligar a estruturas sociais e de saúde
6. Contribuir para a pacificação social

POPULAÇÃO

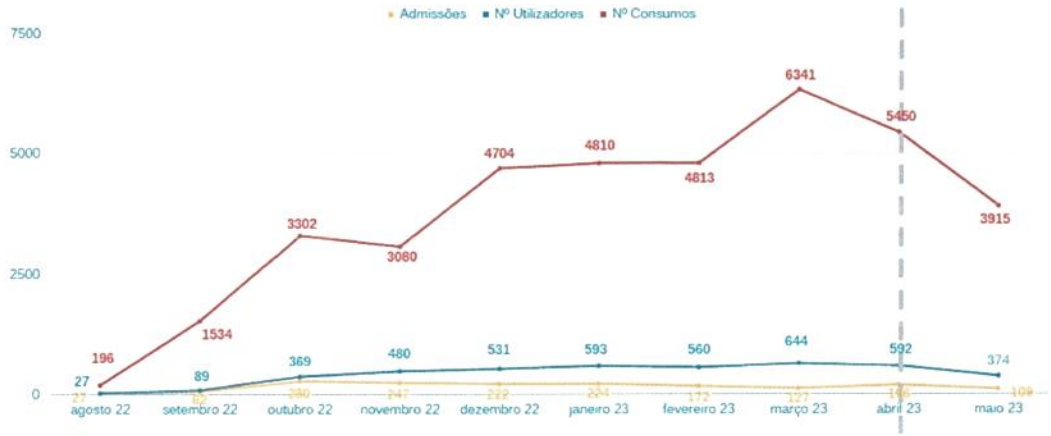
- 9 MESES -

1 665
Utilizadores/as



UTILIZADORES / CONSUMOS

- 9 MESES -



RESULTADOS EM DESTAQUE

01
Evitados
38 148
consumos na via pública

02
49 800
agulhas e seringas no PCV.
163 100
seringas e agulhas disponibilizadas para uso no exterior

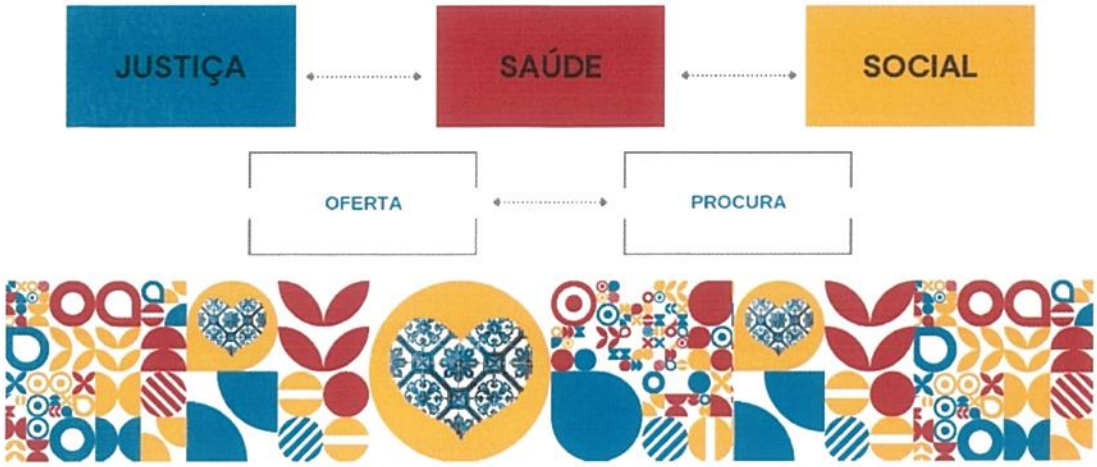
03
62 423
agulhas e seringas recolhidas pelos utilizadores

04
Criada a Consulta Descentralizada de Infecciologia
1150 rastreios
268 utilizadores
67 consultas
46 utilizadores

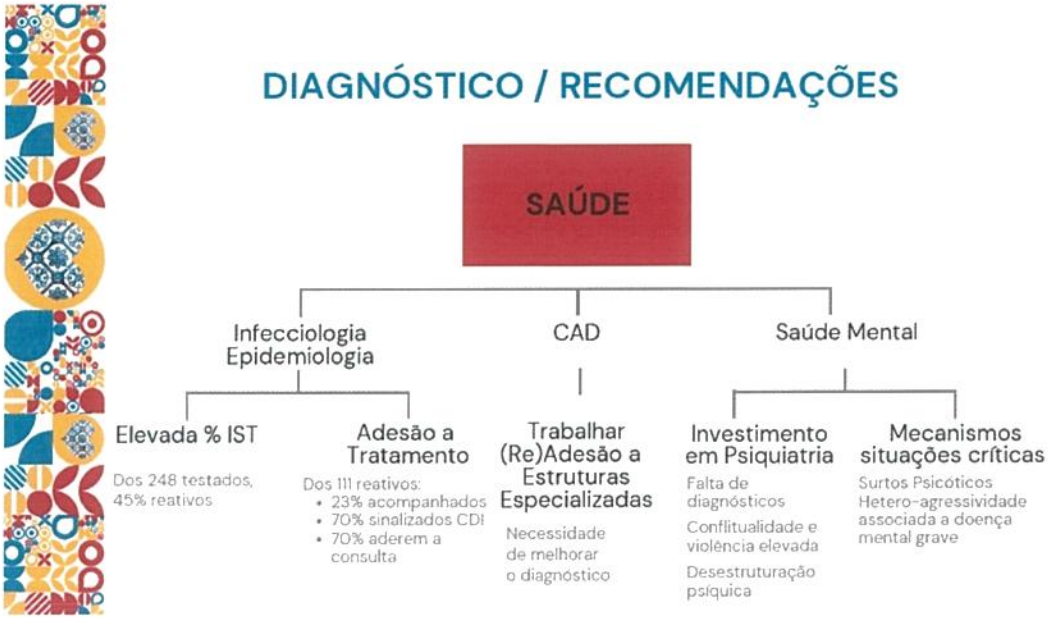
05
15 iniciam tratamento
1 VIH suprimido
4 coinfetados (VIH/VHC) suprimidos
2 Sífilis tratadas
10 controlo analítico

06
Caracterização quantitativa e qualitativa da PUD
Conhecimento que apoia na definição de estratégias

FENÓMENO DO CONSUMO DE DROGAS



DIAGNÓSTICO / RECOMENDAÇÕES

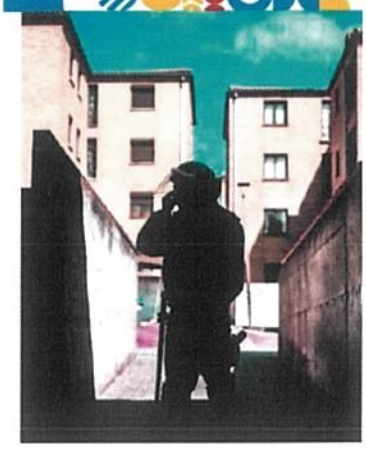


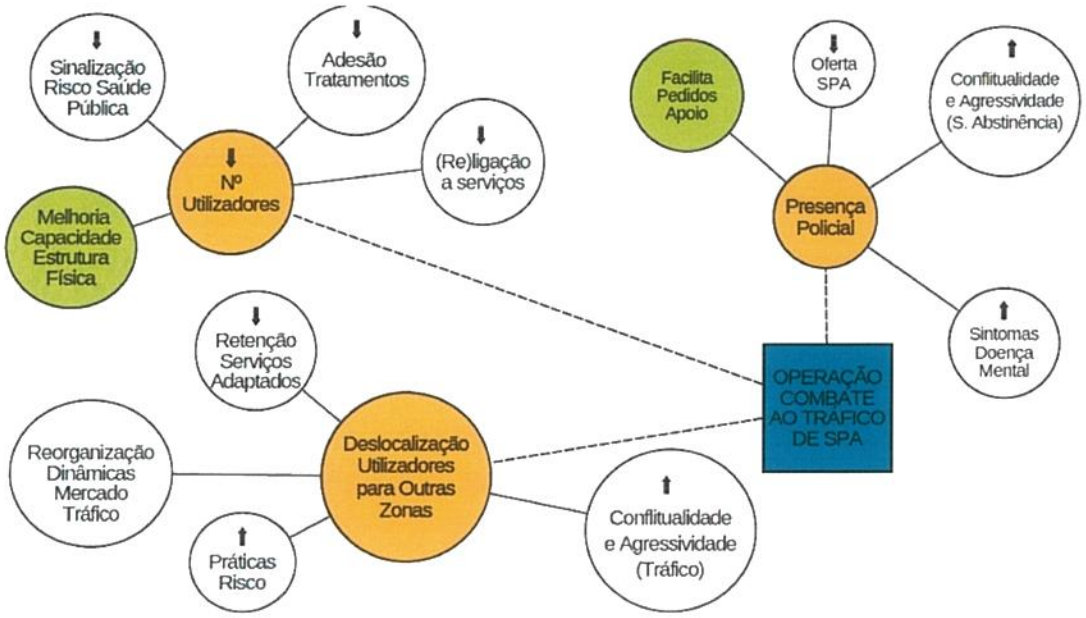
DIAGNÓSTICO / RECOMENDAÇÕES

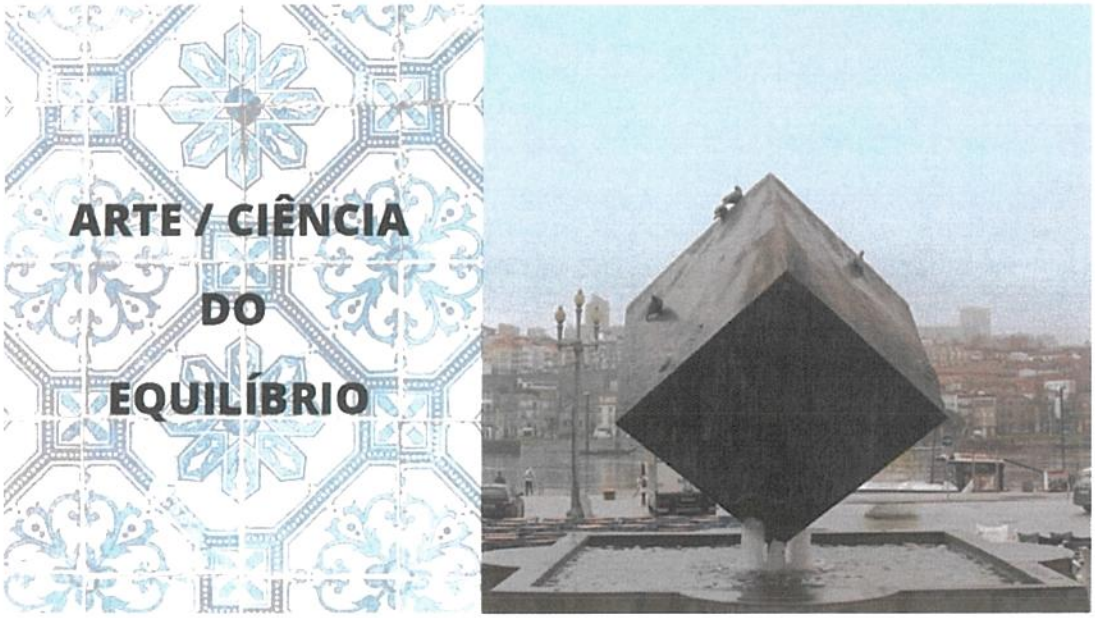
SOCIAL

(Re)Ligação a Estruturas Sociais	Apoio Pecuniário	Habitação
Elevado nº Excluídos do Apoio Social	Elevado nº Situação de Pobreza	Alojamento Adaptado
Necessidade de melhorar o diagnóstico	• 75% Desemprego • 66% Sem rendimentos / apoios	• 200 PSSA • 196 Sem Teto • Falta de respostas de alojamento

ASPETOS A CONSIDERAR CONFLUÊNCIA DO COMBATE AO TRÁFICO COM A RRMD




Sinalização Risco Saúde Pública
Adesão Tratamentos
(Re)ligação a serviços
Nº Utilizadores
Melhoria Capacidade Estrutura Física
Facilita Pedidos Apoio
Oferta SPA
Conflitualidade e Agressividade (S. Abstinência)
Presença Policial
Sintomas Doença Mental
OPERAÇÃO COMBATE AO TRÁFICO DE SPA
Retenção Serviços Adaptados
Reorganização Dinâmicas Mercado Tráfico
Deslocalização Utilizadores para Outras Zonas
Práticas Risco
Conflitualidade e Agressividade (Tráfico)


ARTE / CIÊNCIA
DO
EQUILÍBRIO

OBRIGADA

Para mais informações:

Diana Castro
diana.castro@apdes.pt
WWW.APDES.PT